



PARECER PRÉVIO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11298/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Normando Bessa de Sá (Prefeito Municipal).
- 6- **Advogado:** Ernani de Barros Gomes Filho – OAB/AM 973.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3510/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2018.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das Contas Gerais da Prefeitura Municipal de Tefé, na competência atribuída pelo art. 11, inc. II, da Resolução nº 04, de 23.05.2002, referente ao exercício de 2018, Gestão do **Sr. Normando Bessa de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “b”, da Lei nº 2.423/96.

10.2. Determinar à Câmara Municipal de Tefé, o cumprimento do art. 127, §§ 5º e 6º da CE/AM, em especial **o prazo de 60 dias** para julgar o Parecer Prévio deste Tribunal.

- 11- **Ata:** 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 9 de Setembro de 2020.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Evelyn Freire de Carvalho , Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO
Conselheiro-Convocado

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição



ACÓRDÃO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11298/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Normando Bessa de Sa (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Ernani de Barros Gomes Filho – OAB/AM 973.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3510/2020-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tefé. Exercício de 2018.

Determinação. Irregularidade. Alcance. Multa. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tefé, referente ao exercício de 2018, tendo como responsável o **Sr. Normando Bessa de Sá**, Prefeito e Ordenador de Despesas, nos termos do art. 19, inciso II c/c o art. 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Orgânica deste Tribunal de Contas nº 2.423/96, em razão das falhas supracitadas.

10.2. Considerar em Alcance o **Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito e Ordenador de Despesas, no montante de **R\$ 58.531,30** (cinquenta e oito mil, quinhentos e trinta e um reais e trinta centavos), nos termos do art. 304, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, em virtude da diferença detectada nas disponibilidades financeiras da Prefeitura Municipal de Tefé, por ocasião da análise do saldo para o exercício seguinte registrado no Balanço Financeiro de 2018 e cópias dos extratos bancário/aplicações financeiras encaminhados na Conciliação Bancária/Prestação de Contas, constante nos itens 15 e 16, da fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos, **no prazo de 30 dias**, na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Tefé.



ACÓRDÃO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “a”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pelo descumprimento do prazo na inserção dos dados contábeis (janeiro a maio e julho a dezembro/2018), perfazendo o montante de **R\$ 18.774,80** (dezoito mil, setecentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos), constante no item 13, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.706,80 (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “b”, da Lei nº 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “b”, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM pelo descumprimento do prazo no envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º bimestres/2018), perfazendo o montante de **R\$ 10.240,80** (dez mil, duzentos e quarenta reais e oitenta centavos), constante no item 19, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.5. Aplicar Multa ao Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de R\$ 1.706,80 (um mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, I “c”, da Lei nº



ACÓRDÃO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso I, “c”, da Resolução nº. 04/2002-TCE/AM pelo descumprimento do prazo no envio do Relatório de Gestão Fiscal (1º, 2º e 3º quadrimestres/2018), perfazendo o montante de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos) constante nos itens 20 e 21, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.6. Aplicar Multa ao Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 27.308,78** (vinte e sete mil, trezentos e oito reais e setenta e oito centavos), nos casos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, conforme os termos do art. 54, VI, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº. 04/2018-TCE/AM, pelas impropriedades constantes nos itens 12, 14, 17 “h”, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 30, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.7. Aplicar Multa ao Sr. Normando Bessa de Sa**, Prefeito Municipal de Tefé e Ordenador de Despesas, no valor de **R\$ 17.067,99** (dezessete mil, sessenta e sete reais e noventa e nove centavos), conforme os termos do art. 54, V, da Lei nº 2.423/96, alterada pela Lei Complementar nº 204/2020-TCE/AM c/c art. 308, inciso V, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, alterada pela Resolução nº. 04/2018-TCE/AM, por atos de



ACÓRDÃO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

gestão ilegítimo e antieconômico de que resulte injustificado dano ao erário, itens 15 e 16, da fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.8. Recomendar à Prefeitura Municipal de Tefé que:

10.8.1. Os esforços necessários para a atualização do sistema *betha fly patrimônio* ocorram de forma prioritária para que então seja realizada a correta identificação da relação de bens daquela Unidade; Itens 17 "b", 17 "c" e 17 "d", da fundamentação do Relatório/Voto.

10.8.2. Adote medidas no sentido de garantir a efetiva cobrança dos tributos de sua competência, conforme regra constitucional, bem como a adequada apuração de valores inadimplentes do IPTU e a sua correspondente inscrição em dívida ativa, nos moldes do art. 39 da Lei nº 4.320/64; Item 26, da fundamentação do Relatório/Voto.

10.8.3. Nos processos de concessão de diárias seja observado o previsto no parágrafo único do art. 9º da Resolução nº 05/2008-TCE, e os princípios da formalidade dos processos administrativo, motivação legal, publicidade e do interesse público; Item 29, da fundamentação do Relatório/Voto.

10.8.4. Observe com rigor o cumprimento da Resolução nº 08/2016-TCE/AM; Item 30, da fundamentação do Relatório/Voto.

10.8.5. os processos licitatórios sigam rigorosamente o preceituado no art. 38, da Lei nº 8.666/93. Itens 31 e 32, da fundamentação do Relatório/Voto.

10.9. Determinar o encaminhamento ao Ministério Público do Estadual, nos termos do art. 190, inciso III, alínea b da Resolução nº 04/2002-RI-TCE, para que possa tomar as medidas que considerar cabíveis.

11- Ata: 29ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 9 de Setembro de 2020.



ACÓRDÃO Nº 23/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 23/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dr. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

EVELYN FREIRE DE CARVALHO
Procuradora-Geral, em substituição